



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 2923/14

PR Nº 040/14

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 54 /15 – CCJ

Concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Paulo Monteiro Freitas.

Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Nereu D'Avila.

A Procuradoria desta Casa, fl. 11, não aponta óbice de natureza jurídica à tramitação da matéria.

É o relatório, sucinto.

Conforme previsto no art. 36, inciso I, alínea *a*, do Regimento deste Parlamento, compete à CCJ opinar sobre os seguintes aspectos: constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

A presente Proposição encontra guarida, sob seu aspecto formal, no art. 101 do Regimento e na Lei Complementar nº 95/1998 e suas alterações.

Cabe registrar que o inciso I do artigo 30 da Constituição Federal de 1988 “estabelece que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local”¹.

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre declara a autonomia do Município, e sua competência para prover tudo o que concerne ao interesse local, bem como estabelecer suas leis, decretos e atos relativos aos assuntos de seu interesse (LOMPA, art. 30, incisos II e III)².

¹ Constituição Federal:
Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;

² LOMPA:
Art. 9º – Compete ao Município, no exercício de sua autonomia: II – prover a tudo quanto concerne ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, promovendo o bem-estar de seus habitantes;




PARECER Nº 54 /15 – CCJ

Ainda, cumpre registrar que a Proposição encontra supedâneo no artigo 134-A, inciso I, alínea *b*, do Regimento desta Casa³.

Registra-se que a Resolução nº 2.083/2007 prevê a concessão desta premiação a pessoas físicas ou jurídicas que, com atuação pública em área do conhecimento humano – educação, comunicação, economia, saúde, esporte, ciência, meio ambiente, tecnologia, cultura, religião, trabalho comunitário e direitos humanos –, tenham contribuído para o enriquecimento dessa.

Diante do acima esposado, examinados os aspectos constitucionais, legais e regimentais, manifesto Parecer pela **inexistência de óbice** de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Sala de Reuniões, 11 de março de 2015.


Vereador Waldir Canal,
Vice-Presidente e Relator.

Aprovado pela Comissão em 17-3-15


Vereador Elizandro Sabino Presidente

Vereador Nereu D'Avila

Vereadora Loudes Sprenger


Vereador Pablo Mendes Ribeiro


Vereador Márcio Bins Ely

Vereador Rodrigo Maroni

/L.S/LAB

³ Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Porto Alegre:
Art. 134-A. Cada Vereador poderá protocolar:
I – em cada Legislatura;
b) 02 (duas) Comendas Porto do Sol;